

“SINHAZINHA BRASILINA” – PORTUGUÊS DO BRASIL, UM SONHO DE MONTEIRO LOBATO

Maria Zélia Borges
Universidade Presbiteriana Mackenzie

RESUMO: *O presente estudo analisa a constante busca de liberdade a par da correção no trato da língua expressos nas considerações de Monteiro Lobato sobre o português falado no Brasil. Para isto revê algumas de suas opiniões sobre correção gramatical, perfeição estilística, adoção de um padrão coloquial em substituição ao padrão literário, privilégio do uso sobre a norma e organização de um dicionário brasileiro.*

PALAVRAS-CHAVE: *liberdade, correção, língua “brasílina”*

ABSTRACT: *The present paper studies the constant search of freedom and the conceptions concerned the accuracy in the language treat explicit in Monteiro Lobato's ideas about the spoken Portuguese in Brazil. For that, this paper verifies some of his views about grammatical correction, stylistic perfection, the adoption of a colloquial model in replacement of a literacy one, privilege of the usage over the norm and organization of a Brazilian dictionary*

KEYWORDS: *freedom, accuracy, language “brasílina”.*

Monteiro Lobato sonhou com uma língua do Brasil, lutando pela liberdade no seu uso, até com exagero. É o que pode ler no texto “O dialeto caipira”, constante de *Onda Verde* (Lobato, 1951: 77/8):

[...] prole magnífica (da família neolatina) de que sairão as netas da língua latina.

Cá entre nós já vemos grulhar a netinha número um, sub-variedade da variedade portuguesa.

É a língua da terra, a língua geral destes vinte e cinco milhões de criaturas que somos. Coexiste em nosso território ao lado da língua-mãe e oficial, a portuguesa

[.....]

Crescerá essa menina, far-se-á moça e mulher e sentar-se-á um dia no trono ocupado por sua empertigada e conspícua mãe [...] E a velha língua-mãe, que cá vige mas não viça, abdicará de vez em favor da filha espúria que hoje renega, e desconhece, e insulta como corruptora da pureza importada.

Cem anos levará isto? Que importa? Cem, duzentos, quinhentos – isto é nada na vida de um povo. E sinhazinha Brasilina não tem pressa. (grafia do autor)

Defendia sua aspiração com a usual veemência que marcava suas posições em face de questões sociais, políticas e de artes. No campo da língua distinguia aquela aprendida sistematicamente, na escola, na leitura, da que se desenvolvia assistematicamente, num aprendizado de oitiva. É o que se pode ver em vários momentos de sua obra, revisitados a seguir, com a brevidade de tempo e espaço, que se exige de um estudo como o presente.

Em nota introdutória sobre ortografia, no livro *Negrinha*, (1978: ii), os editores afirmam que conservarão a do autor. Este alardeava sua ojeriza pelos acentos: não os usava e não lia cartas cheias deles; se alguma aparecia com trema, devolvia-a enojado. E se justificava, alegando que a língua evolui no sentido da simplificação, contribuindo, assim, para o progresso das nações:

(...) Pois não vê que a maior das línguas modernas, a mais rica do mundo em número de palavras, a mais falada de todas, a de mais opulenta literatura – a língua inglesa – não tem um só acento? E isto teve sua parte na vitória dos povos de língua inglesa no mundo, do mesmo

modo que a excessiva acentuação da língua francesa foi parte de vulto na decadência e queda final da França. O tempo que os franceses gastaram em acentuar as palavras foi tempo perdido – que o inglês aproveitou para empolgar o mundo.

Em carta a Francisco de Campos (1961: 29-31), Monteiro Lobato insistia, com seu habitual exagero:

(...) Esse negócio de acentos assume para nós mortais um aspecto econômico que ainda não foi estudado. Talvez que a expansão do Império Britânico tenha como um dos fatores o lucro de tempo decorrente de não haver na língua inglesa acentos. (...) Talvez o tempo que os franceses perderam nos séculos 17 e 18 em enfeitar de sinaizinhos as palavras haja sido a razão de os ingleses terem chegado a tantas terras que foram pegando...

Em Prefácio para o livro *Éramos Seis* da Sra. Leandro Dupré, (apud Lobato, 1945: 592) afirmava que a perfeição da forma superestimada “não é erro; é o supremo acerto – mas dá beribéri. Porque é alimento sem vitaminas”. Isto após comparar o apuro estilístico às máquinas de beneficiar arroz:

O excesso de perfeição estilística faz na literatura o mesmo que as modernas máquinas de beneficiar arroz fazem para esse grão. Essas máquinas deixam o arroz uma beleza, de tão branco e polido. Transformam-no em bastõesinhos (sic) de nácar – mas quem se alimenta só com eles acaba com beribéri.

Nesse mesmo texto, chegava a elogiar a incorreção, distinguindo, como Cosériu, (1987) o correto do exemplar. De fato, nem sempre o que serve de exemplo é correto, como se pode depreender da afirmação “tal forma é incorreta, mas foi usada por Cervantes” (p 3). Uma forma, embora incorreta, se torna admissível, quando usada por um escritor aceito como “modelo de correção”. Monteiro Lobato preferia a simplicidade à correção. Por isto louvava o romance *Memórias de um sargento de milícias* (Lobato, 1945: 591), de fácil leitura apesar das incorreções:

É dos tais que o leitor pega e vai até o fim. Por quê? Porque não exige tradução. Já está traduzido. É um livro cheio de incorreções, com pronomes indecentemente colocados – mas certo.

– Como certo, se é incorreto?

– Certo, porque agrada a ponto de ser eternamente lido. Todos os anos aparecem edições novas do pedaço de livro de Manoel de Almeida. Ainda agora o Martins fez uma. Até eu já editei as MEMÓRIAS. Mas Manoel de Almeida com o seu romance certo não fez escola. Os romancistas que vieram depois mudaram de rumo. Veio, por exemplo, José de Alencar, com um viveiro de araras e graúnas e índios e até uma “virgem morena de lábios de mel”, que temos de traduzir para “índia cor de cuia, com beijo úmido de saliva”. Não há mel em lábios de ninguém, como não há lingüiça em focinho de cachorro. A fisiologia manda que a língua lamba imediatamente esse mel e o cachorro coma essa lingüiça. Mas Alencar tinha muito talento e era de fácil tradução. Ficou. Sempre será lido.

Alegava também ser a língua falada meio de comunicação, enquanto a língua escrita, de uso restrito, se atrasa porque exige tradução – é a “Inania Verba” de Bilac. O escritor que escreve como fala é mais lido e apreciado. Por isto fazia o elogio da incorreção (Lobato, 1945: 593):

– A correção da língua é um artificialismo [...] O natural é a incorreção. Note que a gramática só se atreve a meter o bico quando escrevemos. Quando falamos, afasta-se para longe, de orelhas murchas. Na linguagem falada, a não ser na boca dum certo sujeito que conheço, o verbo concorda ou não com o sujeito – à vontade (e repetir a frase para restaurar a concordância é pedantismo). Os pronomes arrumam-se como podem – antes ou depois, em baixo ou em cima, e muitas vezes nem entram na frase – são pequeninhos e as palavras grandes não os deixam entrar. Em oposição a essa língua fresquíssima, tão pitoresca, toda improvisações e desleixos, com todas as cores do arco-íris, todos os cheiros e todos os sabores, temos a língua escrita, emperrada, pedante, cheia de “cofos” e “choutos”. Ah, se toda a gente escrevesse como fala, a literatura seria uma coisa gostosa como um curau que comi domingo no Tremembé.

Sua implicância com os pronomes deu-lhe pretexto para o conto “O colocador de pronomes”, inserido em *Negrinha*. Chamado por Lobato (1964, 169) de “conto gramatical”, narra as desventuras de Aldrovando Cantagalo, um fanático pela correção

da língua, nascido e morto em conseqüência de dois erros relativos a pronomes: a escolha de um pronome de terceira pessoa para dirigir-se ao interlocutor obrigou seu pai a casar-se com mulher que não amava; a colocação indevida de outro pronome precipitou-lhe a morte, fulminado por uma forte “dor gramatical inda não descrita nos livros de patologia” (Lobato, 1978: 78-9). A propósito, o conto, contrariando a posição do autor, registrada em citação anterior, precisa de constante tradução, exigindo que o leiamos de dicionário em punho.

Em outro texto – “O dicionário brasileiro” – tirado da obra *Onda Verde* (1951), onde reunia parte de sua produção jornalística, defendia o uso do pronome pessoal “ele” como objeto direto, considerando-o construção arcaica de Portugal, hoje muito usada no Brasil:

Até arcaísmos lusos ressuscitaram cá, e são correntes de norte a sul. Um deles foi tomado como brasileirismo: o emprego do pronome pessoal “ele” como complemento direto. Ora, isso é coisa velha, forma anterior ao descobrimento do Brasil. Dizem os escabichadores de antigualhas que é de uso corrente nos cancioneiros, na “Demanda do Graal”, no “Amadis”, etc. E citam de Fernão Lopes muito “viu ela”, nomeamos ele”, etc., – de Fernão Lopes! um dos grandes pais da língua.

Não é brasileirismo, pois, essa forma velha e revelha. É um lusitanismo ressurrecto na colônia.

Hoje, do Amazonas ao Borges, na linguagem falada o “ele” e o “ela” desbancaram o “o” e o “a”, apesar da resistência dos letrados e do pé firme da língua escrita. Não nos consta que algum escritor de mérito usasse, na prosa ou no verso, esse pseudo brasileirismo, embora falando familiarmente incida nele. Mas dia virá em que se rompa essa barreira, porque as correntes populares são irresistíveis, os gramáticos não são donos da língua, e esta não é uma criação lógica.

Percorrendo artigo de Pimentel Pinto (1978: 6-7), escrito na época da comemoração dos trinta anos da morte de Monteiro Lobato, pode-se fazer um resumo das atividades do autor, movido pela preocupação com a língua portuguesa e a língua que ele queria brasileira.

A autora atribui a um “trabalho de sapadores” – feito por Amadeu Amaral, Bandeira, Lins do Rego, Monteiro Lobato, e por outros, leigos – o acompanhamento e a sustentação da “paulatina adoção, na língua brasileira, do padrão coloquial, em substituição ao padrão literário consagrado”.

As primeiras preocupações de Monteiro Lobato com a língua se formalizaram em 1904, em carta para seu amigo Godofredo Rangel, numa ativa correspondência de quarenta anos, compilada em *A Barca de Gleyre* (primeira publicação da Cia. Editora Nacional em 1944). Alertava contra os “atentados à gramática”, mas defendia, para a correspondência familiar, uma língua “em mangas de camisa”, em que aceitava como natural a mistura de tratamento.

Em 1909, acatava as prescrições da gramática e não via possibilidade de bons textos em língua descuidada. Procurava modelos lendo Camilo, Herculano e o Dicionário de Caldas Aulete, anotando-os sistematicamente. Pensava até em escrever uma gramática histórica e filosófica. Pimentel Pinto acredita que tais anotações procuravam suprir as deficiências que lhe causaram, no final de 1895, uma reprovação em prova de Português (Azevedo, 1997), nos exames de sua primeira tentativa de admissão no curso superior. Mas, já em 1909, apresentava idéias relativas à inutilidade da gramática e falava de sua admiração por Machado de Assis, agora seu melhor modelo, porque Camilo então lhe parecia muito de Portugal (Lobato, 1961). Levantava também constantes de estilo em Euclides da Cunha, que escrevia, a seu ver, em um “português de verdade” (1961; 1964: 51).

Por volta de 1915/16, delineava-se nele um repúdio definitivo à gramática prescritiva, sugerindo sua substituição pelo uso, ainda mal definido. Pretendia guiar-se “pelo tato e pelo faro, pelo aspecto visual e auditivo da frase” (1964: 55).

Paralelamente, abominava os galicismos e se envergonhava com a má colocação de pronomes, chegando a pedir a Godofredo Rangel que o corrigisse quando de seus deslizes na matéria.

Em 1917, acreditava ter-se estabelecido numa posição definitiva. Negava-se a “saber português”, se tal saber consistisse em “conhecer por miúdo os bastidores da Gramática e a intrigalhada dos pronomes que vêm antes ou depois”, achando que isto eliminaria “tudo que é beleza e novidade de expressão” (1964: 168-9).

Entre 1917 e 1920, Monteiro Lobato passou para a terceira fase de suas relações com a língua: substituiu o descuido formal por uma intensa preocupação com questões a ela relativas. Mas, no fim deste período, já se manifestavam sinais de abandono da posição ortodoxa, pouco adequada a seu estilo.

A partir de 1920, rejeitava novamente a gramática portuguesa. Em crítica a uma gramática de Firmino Costa, em 1921, falava de uma língua brasileira coexistente com a língua portuguesa, no Brasil. Via na gramática de Firmino Costa a precursora de uma gramática brasileira, uma vez que registrava usos até então reprováveis em Portugal.

Nessa ocasião pretendia também, como editor, organizar um dicionário brasileiro. Impossibilitado de fazê-lo, delegava a tarefa a Assis Cintra. Considerava em vias de concretização o sonho de José de Alencar, mediante a nova língua que esse dicionário registraria. Distinguia tal língua daquela das classes cultas, onde há divergência entre a forma da escrita e a forma da fala, antevendo o fim dessa dicotomia no dicionário.

No texto “O dicionário brasileiro”, anteriormente citado, afirmava, na página 453, com seu estilo hiperbólico:

A nova língua, filha da lusa, nasceu no dia em que Cabral aportou no Brasil. Não há documentos, mas é provável que o primeiro brasileirismo surgisse exatamente no dia 22 de abril de 1500. E desde então não se passou dia, talvez, em que a língua do reino não fosse na colônia infiltrada de vocábulos novos, de formação local, ou modificada na significação dos antigos.

Hoje, após quatrocentos anos de vida, a diferenciação está caracterizada de modo tão acentuado, que um camponês do Minho não compreende nem é compreendido por um jeca de São Paulo ou um gaúcho do sul.

Quer isto dizer que no povo — e a língua é criação puramente popular — a cisão já está completa.

Nas classes cultas a diferença é menor, se bem que acentuadíssima, sobretudo na pronúncia e no emprego das palavras novas.

Vendo a língua brasileira plenamente estabelecida na fala do povo, acreditava que, para consolidar o cisma ocorrido na língua portuguesa, era necessário dar *status* literário à nova língua do Brasil.

Sua atitude fundamentava-se na leitura entusiástica do livro *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral, obra que considerava “a primeira gramática da língua brasileira”, reputando seu autor “o Fernão Lopes da gramaticologia brasileira” (1951).

Todavia, vinte anos depois, referia-se ao *português* e não ao *brasileiro*, ao defender um português básico, nos moldes do inglês básico. Taxava de português não evoluído o estilo arcaico à Coelho Neto. Evoluído seria o linguajar do caboclo, que reduz as flexões, como acontece no inglês.

A seu ver coexistiam duas línguas: a aprendida por meio da leitura e a aprendida de oitiva, transmitida socioculturalmente. Para ele, a escrita refreia a evolução excessiva da língua; como o jeca não lê, nem escreve, sua língua, aprendida de ouvido, evolui.

Pregava a fixação e divulgação dessa língua “auxiliar” para ensino nas escolas, ao lado do português, em vez do latim, que considerava inútil. Assim, os brasileiros estariam gramaticalmente certos quando falassem como Nhô Bento: *eu tenho / nós tem / você tem*. Ou, então, proferissem: *as casa , os home*.

Estimulando a fixação desse bilingüismo, reconhecia um estado de fato, mas não um estado de direito para a língua falada, uma vez que ele próprio não usava a língua do jeca. Era, ao contrário, divulgador da língua escrita.

Em 1934, realizou seu veemente desejo de ser gramático com *Emília no país da gramática*, que não é uma gramática da língua falada, mas sim da língua “de leitura”. Segundo Pimentel Pinto (1978), alguns dos preceitos da gramática da Emília mostram bem que ser gramático não é propriamente seu ofício, por não estar plenamente apto para ele: faltavam-lhe “conhecimentos específicos, aprofundados, atualizados e o rigor do ofício” (p. 6-7). Daí aparecerem definições incorretas, fundamentação em conceitos relativos a língua já ultrapassados na época e ufanismo descabido – mais que ufanismo, bairrismo mesmo.

A exemplificação dos despautérios gramaticais é matéria de outra publicação. É bem forte, porém, aqui, a tentativa de fruir da irreverência ou “sapequice gramatical” de Emília, que Monteiro Lobato chama de “torneirinha de asneiras” e que Dona Etimologia chama de “pocinho de It” (1994: 39, 34 e 45). Entre suas falas, que constituem um corpo de definições, explicações ou conclusões, e que são primorosas quanto ao desrespeito à cortesia e à Lexicografia, mas saborosas quanto à criatividade, basta rever apenas uma. Depois de uma descrição bastante irreverente sobre tia Nastácia, Emília acaba por defini-la carinhosamente (1997. p. 45):

- *Uma beicuda, com reumatismo na perna esquerda, nó na tripa, analfabeta, mil receitas de doces na cabeça, pé chato, gengiva cor de tomate, assassina de frangos, patos e perus, boleira aqui na pontinha, pipoqueira, cocadeira...(...) – Uma negra pitadeira dum pito muito preto e fedorento. Não sabe o que é pito? Ai, meu Deus do céu! Estes gregos não sabem nada de nada. Mas beico o senhor sabe o que é, não? Pois basta isso. Não viu uma velha cor de carvão, de lenço vermelho de ramagens na cabeça e um par de beijos deste tamanho na boca? Se viu, é ela. E acrescenta:– Pois atrás dela andamos porque é a Palas Atena lá da cozinha do Picapau Amarelo. Não erra nos temperos. Quem come os quitutes de tia Nastácia lambe os beijos e repete a dose [...].*

A última posição de Monteiro Lobato deixa de lado as questões sobre diferenças entre o português de Portugal e o do Brasil. O escritor reassume a fidelidade à gramática tradicional, como se pode ler na análise de Pimentel Pinto (1978: 6-7)

[...] na disposição de sistematizar os fatos do português e não só do ‘brasílico’, já se entrevê a posição final de Lobato, que corresponde a uma certa regressão à posição inicial, tal como costuma ocorrer com os que, tendo formação ortodoxa engrossam, na idade madura, as fileiras dos inovadores.

Para comprovar sua conclusão, a autora menciona conselhos que, em mais de uma ocasião, Monteiro Lobato deu: a uma estreante em literatura, em 1941; a uma de suas filhas, em 1943 e a Vasconcelos Maia, em 1948 – procurar os motivos dos erros, evitar incorreções e observar os ditames da língua portuguesa, respectivamente.

Somente um autor com o porte de Monteiro Lobato conseguiria aliar uma liberdade levada às raias do desregramento a uma correção, a uma exatidão, muitas vezes preciosa, no trato da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Carmen Lucia de et al. *Monteiro Lobato: Furacão na Botucúndia*. São Paulo: SENAC, 1997.
- COSERIU, Eugenio. *El problema de la corrección idiomática*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 1987.
- MONTEIRO LOBATO, José Bento. *A barca de Gleyre*. 1º e 2º tomos. São Paulo: Brasiliense, 1961 e 1964, respectivamente.
- _____ *Cartas escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1961, t. 2.

- *Emília no país da gramática*. 39ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- *Onda verde*. São Paulo: Brasiliense, 1951.
- *O Minotauro*. 4ed.. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- *Urupês outros contos e coisas*. São Paulo: Nacional, 1945.
- PIMENTEL PINTO, Edith. “As relações de Lobato com a gramática”. *Suplemento Cultural*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1978.